

EMANCIPAÇÃO, CIDADANIA E ESTIGMA: OS DESAFIOS DA MOEDA SOCIAL ARARIBÓIA NA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS.

Alice Barbosa De Azevedo Santos (barbosa.alicee@ufrj.br)

As moedas sociais, emitidas por bancos comunitários ou pelo poder público, funcionam como complemento ao real em territórios específicos, estimulando o comércio local, os microempreendimentos e o consumo de produtos regionais, ao mesmo tempo em que retêm riqueza nas comunidades e reduzem desigualdades sociais. Nesse contexto, a Moeda Social Araribóia, desenvolvida em Niterói (RJ), constitui uma política pública inovadora de transferência de renda no campo da economia solidária. Esta pesquisa busca compreender de que forma essa iniciativa pode, simultaneamente, promover cidadania e emancipação social e, de modo paradoxal, reproduzir estigmas e discriminações voltadas a seus beneficiários. A partir da Sociologia do Estado, entende-se que essa instituição, embora produtora de direitos e igualdade, também enquadra sujeitos em categorias de poder, moldando comportamentos e identidades. Para discutir essa ambivalência, mobiliza-se a noção de governmentality de Michel Foucault (2003), que interpreta as políticas públicas como instrumentos de regulação das condutas e de disputa por significados, e a teoria do estigma de Erving Goffman (2012), segundo a qual marcas de discriminação se reproduzem tanto nas interações cotidianas quanto nas práticas institucionais. Além disso, o estudo dialoga com Marins (2018), ao evidenciar como marcadores de gênero, maternidade e pobreza atravessam a forma como beneficiárias de políticas sociais são moralmente avaliadas. O

objetivo central consiste em investigar os efeitos de inclusão e emancipação associados à Moeda Social Araribóia, examinando também os impactos simbólicos da estigmatização nas experiências dos beneficiários. Para verificação desta hipótese, a pesquisa combina técnicas quantitativas e qualitativas em escala compatível com uma pesquisa de iniciação científica. Na primeira etapa foi feita uma análise documental de relatórios oficiais da Prefeitura de Niterói e do Banco Comunitário Araribóia, buscando traçar o perfil socioeconômico dos beneficiários, quanto a gênero, raça, classe, território e composição familiar e identificar desigualdades na cobertura do programa. A segunda etapa envolveu um trabalho de campo qualitativo, composto por grupos focais com beneficiários de diferentes bairros e entrevistas semiestruturadas com comerciantes parceiros e funcionários do banco. O material foi examinado por análise de conteúdo temático, identificando categorias ligadas à autonomia, dependência e reconhecimento. Os resultados preliminares indicam tensões significativas. Por um lado, os beneficiários relataram ganhos concretos, como acesso ampliado à alimentação saudável, consultas odontológicas e bens básicos que elevam a qualidade de vida. Por outro, emergem relatos de discriminação, incluindo aumento de preços em dias de pagamento, caixas exclusivos que revelam a condição de beneficiário e discursos que associam o uso da Moeda à preguiça, dependência ou voto de cabresto. Essas experiências geram sentimentos de vergonha e exclusão simbólica, especialmente devido ao uso de cartões que não funcionam em máquinas comuns. Em resposta, observam-se estratégias de enfrentamento, como ironia, confrontos e recusa em frequentar determinados espaços. A análise revela ainda disputas de legitimidade entre defensores de uma focalização mais restrita, inspirada em programas como o Bolsa Família, e aqueles que defendem a ampliação em bases universalistas. Conclui-se que a Moeda Social Araribóia constitui uma experiência singular de política pública local: promove inclusão e fortalecimento comunitário, mas é atravessada por contradições que evidenciam como estigmas de classe, gênero e raça estruturam as relações entre Estado, mercado e sociedade. Ao dar visibilidade a essas dinâmicas, a pesquisa busca contribuir para reflexões sobre os limites e potencialidades das moedas sociais como instrumentos de combate à pobreza e promoção da cidadania. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (CAAE: 81272024.4.0000.0311).

Referências:

Foucault, M. (2003). Governmentality. In: Rabinow, P.; Rose, N. (orgs). The Essential Foucault. Londres: New Press.

Goffman, E. (2012). Ritual de interação. Petrópolis: Vozes.

Marins, M. T. (2018). O 'feminino' como gênero do desenvolvimento. Revista Estudos, 26(1), 1–14.

Palavras-chave: políticas públicas; bancos comunitários; estigmatização; economia solidária.